



O governo liberou R\$ 65,8 milhões em emendas parlamentares no dia em que a Procuradoria Geral da República denunciou o presidente Michel Temer pela segunda vez. O montante liberado em 14 de setembro foi o mais alto registrado entre 1º e 22 de setembro e representa 35% do volume executado no período. Os dados são de levantamento da Rede Sustentabilidade feito a pedido da rádio CBN.

O valor contrasta com os R\$ 57,4 mil direcionados em 4 de setembro, o menor do mês. No período pesquisado, o governo liberou mais de R\$ 191 milhões em recursos do orçamento solicitados por deputados e senadores para atender suas bases eleitorais.

01-set-17	25.404.371,00
04-set-17	57.462,00
05-set-17	2.750.080,00
06-set-17	1.616.540,00
08-set-17	7.976.839,00
11-set-17	1.081.031,00
12-set-17	4.131.257,00
13-set-17	5.303.006,00
14-set-17	65.886.562,00
15-set-17	2.638.086,00
18-set-17	3.315.474,00
19-set-17	50.007.141,00
20-set-17	699.101,00
21-set-17	7.813.561,00
22-set-17	12.536.530,00

Emendas parlamentares liberadas entre 1º e 22 de setembro

Vice-líder da Rede, o deputado Alessandro Molon (RJ) informou que vai acionar a

Procuradoria Geral da República para denunciar a compra de votos para barrar denúncia contra Temer. “Os primeiros sinais do governo mostram que ele vai tentar repetir esse comportamento. Nós vamos denunciar ao Ministério Público e fiscalizar dia a dia. Lamentavelmente, tudo indica que o que o governo quer é garantir votos liberando emendas, algo inteiramente anti-republicano inclusive criminoso”, declarou Molon à [repórter Basília Rodrigues, da CBN](#)

A liberação de emendas subiu 60% desde agosto. A média saltou de quase R\$ 4 milhões por dia, no mês passado, para R\$ 8,6 milhões diários, um aumento de 126%. O Ministério do Planejamento nega que haja tentativa de cooptação de deputados para blindar Temer e alega que terá R\$ 1 bilhão a mais para as emendas parlamentares. Segundo a assessoria de imprensa, a pasta teve autorização para trabalhar com déficit maior com a aprovação da nova meta fiscal e é obrigada destinar recursos para as emendas, que são impositivas.

O pedido de autorização apresentado pela PGR para que a Câmara autorize o Supremo Tribunal Federal (STF) a analisar a denúncia criminal contra o presidente começa a tramitar nesta terça-feira na Casa, com a leitura feita neste momento pela segunda-secretária da Casa, deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO).

Além do presidente, os ministros Eliseu Padilha, Casa Civil, e Moreira Franco, da Secretaria-Geral, também são acusados pelo Ministério Público Federal de participar de um esquema com objetivo de obter vantagens indevidas em órgãos da administração pública. Temer é o primeiro presidente brasileiro a ser denunciado por crime comum no exercício do mandato e enfrenta sua segunda acusação em pouco mais de dois meses. A primeira foi barrada pela Câmara em 2 de agosto